



LA RAZÓN HISTÓRICA
Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas
ISSN 1989-2659
Número 60, Año 2024, páginas 116-135
www.revistalarazonhistorica.com

Compreensões historiográficas acerca do fenômeno urbano nos séculos XI, XII e XIII e o desenvolvimento de saberes, técnicas e práticas sociais

Kátia Brasilino Michelan

Analista no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e docente permanente do Mestrado Profissional do Iphan em Preservação do Patrimônio Cultural.

Resumo: O presente artigo busca pensar o desenvolvimento urbano europeu na Idade Média Central (XI, XII e XIII), levando em conta a organização econômica do campo e da cidade, os saberes e técnicas que foram desenvolvidos em meio urbano, como é o caso das escolas, universidades e dos ofícios artesanais e metalúrgicos, e as práticas sociais que foram construídas em meio urbano relacionadas, principalmente, com o comércio, a religiosidade e a organização do poder. Para tanto, serão consideradas as abordagens de renomados medievalistas que analisaram o fenômeno das cidades medievais, tentando diferenciá-lo da cidade antiga e pensando as aproximações com a cidade moderna. Todavia, o cotejamento de autores pretende demonstrar os diferentes modelos explicativos para se pensar o florescimento urbano em uma época que tem sido apontada como fundamental para o desenho citadino que hoje se faz presente no mundo ocidental.

Palavras-chave: Historiografia, Idade Média e Cidades.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo urbano en Europa durante la Edad Media Central (siglos XI, XII y XIII), teniendo en cuenta la organización económica tanto en el campo como en la ciudad, los conocimientos y técnicas que se desarrollaron en entornos urbanos, como las escuelas, universidades y los oficios artesanales y metalúrgicos, así como las prácticas sociales que se construyeron en contextos urbanos, como el comercio y la religiosidad. Para ello, se considerarán las perspectivas de destacados medievalistas que han analizado el fenómeno de las ciudades medievales, tratando de distinguirlo de la ciudad antigua y reflexionando sobre sus similitudes con la ciudad moderna. Sin embargo, la comparación de autores tiene como objetivo demostrar los diferentes modelos explicativos para entender el florecimiento urbano en una época que se ha considerado fundamental para el diseño urbano que hoy en día está presente en el mundo occidental.

Palabras clave: Historiografía, Edad Media y Cidades.

Abstract: This article aims to contemplate the European urban development during the Central Middle Ages (11th, 12th, and 13th centuries), taking into consideration the economic organization of both rural and urban areas, the knowledge and techniques that were cultivated within urban environments, such as schools, universities, and artisanal and metallurgical crafts, as well as the social practices that were constructed in urban settings, including commerce and religiosity. To achieve this, the perspectives of renowned medievalists who have analyzed the phenomenon of medieval cities will be considered, attempting to distinguish it from ancient cities and exploring its connections with the modern city. Nevertheless, the comparison of authors seeks to demonstrate the various explanatory models for understanding urban flourishing during a period that has been identified as pivotal in shaping urban design as it is seen in the Western world today.

Keywords: Historiography, Middle Ages, and Cities.

Comprensiones historiográficas sobre el fenómeno urbano en los siglos XI, XII y XIII y el desarrollo de conocimientos, técnicas y prácticas sociales.

Historiographical Understandings of the Urban Phenomenon in the 11th, 12th, and 13th Centuries and the Development of Knowledge, Techniques, and Social Practices.

1. Introdução

O fenômeno das cidades é um dos pontos principais debatidos pelos medievalistas ao buscarem caracterizar a Idade Média, ora a cidade medieval serve de comparação e diferenciação com a da Antiguidade, ora ela é tida como um elemento para se entender o despertar da modernidade. Há estudos, ainda, que pretendem definir as peculiaridades e funções da cidade medieval em relação ao meio rural e às hierarquias dele. Assim, grande parte dos estudos sobre as cidades medievais acaba tocando no período da Idade Média Central que, como propôs o medievalista francês Jacques Le Goff (1979), um dos mais renomados historiadores que debateram o tema, estaria vinculado aos séculos XI, XII e XIII e seria o período caracterizado como o de “apogeu das cidades”. Esse período, todavia, não seria apenas citadino, o medievalista brasileiro Hilário Franco Júnior (2001), por exemplo, chamou a atenção para o fato de que, nesses três séculos, encontram-se as características que, normalmente, a historiografia tem focado sistematicamente e apontado como fundamentais para definir a Idade Média. Para Franco Júnior (2001), a Idade Média Central (séculos XI-XIII) foi, *grosso modo*, a época do que se convencionou a ser chamado de feudalismo, cuja montagem representou uma resposta à crise geral do século X. Em sua visão, de fato, utilizando o material histórico que vinha desde o

século IV, a sociedade tipicamente entendida como medieval nasceu por volta do ano 1000, tendo conhecido seu período clássico entre os séculos XI e XIII. Organizada no campo e na cidade, a sociedade cristã ocidental conheceu um forte crescimento populacional e uma consequente expansão territorial, da qual as Cruzadas são a face mais conhecida. Graças à procura maior de mercadorias e à disponibilidade crescente de mão de obra, a economia ocidental foi revigorada e diversificada (Franco Júnior, 2001, p. 37). A produção cultural acompanhou essa tendência nas artes, na literatura, no ensino, na filosofia e nas ciências. Essa época central foi, portanto, em todos os sentidos, a fase considerada, por Franco Júnior (2001), como a fase mais rica da Idade Média.

Essas transformações, entretanto, atingiram a própria essência do feudalismo, caracterizado por uma sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente e dominada culturalmente pela Igreja. Dentro dessa sociedade e em concorrência com ela, desenvolveu-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores, que se expressava e que, ao mesmo tempo, acelerava as mudanças decorrentes das próprias estruturas feudais. Para Franco Júnior, essa sociedade passava da etapa feudo-clerical para a feudo-burguesa, na qual o segundo elemento, mesmo que de forma lenta, começava firmemente a sobrepujar o primeiro, assim, foram ficando cada vez mais destacadas as cidades, as universidades, a literatura vernácula, a filosofia racionalista, a ciência empírica e as monarquias nacionais (Franco Júnior, 2001). Diante desse breve panorama, a proposta do presente artigo é pensar como historiografia caracterizou as cidades na Idade Média Central e quais os modelos explicativos possíveis para se entender o desenvolvimento urbano do período.

2. Os medievalistas e as visões acerca do desenvolvimento das cidades medievais.

Um autor que suscitou e tem suscitado diversas discussões sobre o tema é o belga Henri Pirenne (1862-1935). Por mais que a tese fundamental de Pirenne – do fechamento do mediterrâneo com a expansão muçulmana – tenha sido exaustivamente debatida, ele, ainda, é um autor bastante mencionado. Desse modo, grande parte da historiografia que analisou as cidades medievais abordou esse autor tanto como embasamento quanto como ponto de partida para teses contrárias a ele. Em linhas gerais, Henri Pirenne (2010) na obra, *Maomé e Carlos Magno*, sustentou que a Idade Média não teria começado com as “invasões bárbaras” no século V, mas com as muçulmanas no século VIII, e o decorrente fechamento do mediterrâneo. Já no livro *As cidades da Idade Média*, Pirenne (1962) considerou que o século de Carlos

Magno (742-814) foi um período de renascimento religioso, cultural e político, mas de uma profunda crise econômica provocada pela instabilidade dos mares: o mediterrâneo fechado pelo Islã e o Atlântico e o Mar do Norte pelos vikings. As antigas cidades costeiras, como Marselha, entraram em declínio e os núcleos urbanos começaram a ser fundados no interior do continente europeu. O Império Carolíngio (séculos VIII-IX) foi, desse modo, “um estado continental sem saídas”, que, devido à impossibilidade de um comércio marítimo fluído, ficou sujeito a uma economia agrícola de subsistência (Pirenne, 2010). Teria sido, portanto, na visão de Pirenne, essa crise econômica a responsável pela crise definitiva da cidade antiga (que teria sobrevivido às invasões bárbaras). Para Pirenne, a cidade medieval, propriamente dita, teria sido decorrente duas formações distintas, denominadas por ele, de “*cité*” e burgo (Pirenne, 1962). Da *cité*, em alguns casos, teria se derivado a *ville* (cidade medieval), mas uma não corresponde à outra. A *cité* era, a princípio, uma cidade dotada de uma organização municipal própria do Império Romano. Com a crise final do Império e a expansão do Cristianismo, as *cités* começaram a identificar-se com as sedes episcopais, isso é: com as capitais de dioceses que se organizavam em torno de uma catedral. Segundo Pirenne, esses locais eram habitados por diferentes estamentos clericais (bispos, autoridades diocesanas, sacerdotes, monges, membros de escolas religiosas e outros) e por pessoas que prestavam alguns serviços que essa comunidade necessitava, principalmente, alimentares e de vestuário. Nas *cités*, era frequente a existência de mercados, nos quais se desenvolviam atividades comerciais, mas de caráter rudimentar, sem a consolidação de grupos mercantis (Pirenne, 1962). O exemplo principal de “*cité*” foi Roma, que passou de capital política do Império a centro religioso (Pirenne, 1962).

O burgo, por sua vez, diferentemente da *cité*, teria sido, para Pirenne, resultado da fragmentação do Império Carolíngio, pois a ausência de uma autoridade imperial firme favoreceu frequentes conflitos de jurisdição entre os senhores feudais (Pirenne, 2010). Ademais, o burgo seria, em sua origem, uma fortaleza edificada para defender territórios em litígio. O burgo era habitado por figuras militarizadas e por um “alcaide”, com poderes delegados pelos senhores feudais. O burgo continha, ainda, algum modesto edifício religioso, dependências para pessoas encarregadas dos mantimentos e armazéns, nos quais eram conservadas as provisões (Pirenne, 2010).

Segundo Pirenne, tanto os burgos quanto as “*cités*” careciam de atividades econômicas suficientes para gerar uma vida urbana pujante, porém ambos estiveram na origem da cidade medieval (Pirenne, 1962). Para o autor, um impulso decisivo para a construção plena das cidades medievais teria sido dado pelo renascimento comercial que começou a ser esboçado no século X e que se consolidou

no XI. Nesse processo, Pirenne considera decisiva a intervenção de Gênova, que ocupou Sardenha, Córsega e Sicília, até então em poder dos árabes, e recuperou para o comércio cristão algumas rotas do Mediterrâneo (Pirenne, 1962). Já, no Mar do Norte, os escandinavos abandonaram a guerra e se dedicaram ao comércio, o que favoreceu a prosperidade dos Países Baixos e uma maior relação comercial entre Londres e a França. Para Pirenne, um fator fundamental para a formação da nova classe mercantil foi o aumento da população, a partir do século X, que provocou uma forte emigração do campo para a cidade (Pirenne, 1962). Massas de camponeses se assentaram nas *cités* e nos burgos constituindo um “*portus*”. Um “*portus*” era, no começo, um armazém de mercadores que dava lugar a um foco estável de comércio. Os *portus* estavam situados nos extramuros das “*cités*” e dos burgos; e se consolidaram como um espaço no qual se instalavam mercadores que geravam uma vida comercial estável e bem localizada (Pirenne, 1962). Foram construídos, assim, dois núcleos de população: o originário (*cité* ou burgo) e o que sobreveio a eles (*portus*, que no caso do burgo recebeu também o nome de “novo burgo”). Esses espaços, como mencionado, eram separados, inicialmente, pelas muralhas do núcleo antigo. Nessas novas formações, a prosperidade acabou sendo acompanhada de pilhagens e do aumento da delinquência (Pirenne, 1962). Foi necessário, por conseguinte, proteger os “*portus*” e os novos burgos com muralhas, que muitas vezes configuraram-se em um cinturão acrescentado aos recintos amuralhados que já existiam. Dessa forma, tanto burgos como cidades deram lugar às cidades medievais por processos de justaposição, nos quais parte da nova cidade foi absorvendo jurídica e economicamente a velha (Pirenne, 1962). Os comerciantes, habitantes do “burgo novo”, receberam o nome de burgueses. Entre os dois núcleos justapostos da cidade medieval, houve contendas de jurisdição e territorialidade. Nas “*cités*”, a nova classe urbana reivindicou seus direitos diante dos bispos e aproveitou para isso a existência de conflitos de natureza religiosa ou política, mais do que econômica. Os burgueses enfrentaram o clero dominante, ora denunciando o relaxamento dos costumes e a falta de espiritualidade sincera, ora apoiando o bando que lhes favorecia nas lutas entre o Papa e o Imperador ou entre os reis e o Imperador. Para Pirenne, o certo é que os habitantes das novas cidades foram adquirindo direitos e inclusive gerando suas próprias instituições (Pirenne, 1962). A partir dessas colocações, nota-se que, em Pirenne, há uma generalização interpretativa de um modelo de formação da cidade medieval, a saber, em decorrência do “renascimento comercial”, as cidades formaram-se em torno de núcleos pré-urbanos que proporcionavam segurança.

Como já adiantado, as teses de Henri Pirenne foram bastante debatidas, um dos maiores contestadores delas foi o medievalista francês Jacques Heers (1924-2003).

Em meados do século XX, Jacques Heers (1977) argumentou, no livro *História Medieval*, que a historiografia embasada em Henri Pirenne atribuiu importância decisiva à ressurreição das cidades em toda a Europa, a partir do século X. Uma civilização exclusivamente rural foi sucedida, pouco a pouco, pela das cidades e dos mercadores. Essa ressurreição estaria ligada ao desenvolvimento do grande comércio internacional e à expansão da burguesia, nova classe social promissora (Heers, 1977). Essa ideia seria, todavia, para Heers, apenas um mito nascido no século XIX e reforçado pelas teses de Pirenne no momento em que se exaltaram as agitações comunais da Idade Média como uma prefiguração e, muitas vezes, o próprio início da revolução de 1789 (Heers, 1977). Para Heers, esses esquemas interpretativos desconsideram as peculiaridades regionais, dentre as quais o desenvolvimento histórico das cidades eslavas, por exemplo, desmentiria o esquema. Para defender sua posição, Heers (1977), *grosso modo*, divide a sua análise em três regiões: o norte e o sul da Europa e as cidades italianas.

No caso das cidades do norte, Heers chama a atenção para o fato que as teses de Pirenne focaram justamente essa localidade e entenderam que os mercadores do ano 1000 eram “homens novos”. Isso é: aventureiros ou vagabundos à procura de fortunas rápidas fora das atividades e dos quadros habituais da sociedade feudal. Dessa forma, esses homens não possuíam quaisquer ligações com a terra e estavam alheios a qualquer obrigação (Heers, 1977). Nesse sentido, o mercador colocava-se fora dos quadros e das mentalidades tradicionais da sociedade feudal e agrária. Heers contrapõe essa ideia chamando a atenção para o papel das catedrais, das abadias e de outros estabelecimentos eclesiásticos no crescimento de um comércio menos longínquo, limitado principalmente aos produtos alimentícios, mas, assim mesmo, ativo. Entre os mercadores, frequentemente, encontravam-se, por exemplo, os servidores dos capelães, que mantinham uma pequena loja na cidade e vendiam produtos do solo. Ou seja, nem todos os mercadores eram, na origem, errantes vagabundos. Além disso, Pirenne defendeu a ideia de que os mercadores vendiam suas mercadorias ao pé dos muros de uma fortificação – burgo – ou do centro episcopal. Próximo desses locais, os mercadores teriam fundado aglomerações completamente novas. As cidades medievais, na visão Henri Pirenne, segundo Heers, teriam nascido desses burgos novos que nada teriam em comum com as antigas *civitates*, centros de administração religiosa e dominial. Os habitantes dessas cidades novas, chamados burgueses, opunham-se fortemente aos chefes feudais, o senhor distante ou o bispo bem próximo. Os burgueses concentrariam no centro urbano a indústria têxtil ou metalúrgica outrora dispersa na zona rural. A tecelagem de lá ou de tela, até então confiada às mulheres dos camponeses, passou a ser feita na cidade por homens, principalmente, sob a supervisão dos mercadores que se esforçavam

por melhorar a qualidade a fim de vender mais caro no exterior (Heers, 1977). Para Heers, as pesquisas mais recentes e embasadas em escavações arqueológicas demonstraram que a teoria de cidades novas poderia ser aplicada apenas em alguns locais, como Flandres e, em menor escala, às cidades hanseáticas. Para essas últimas, nota-se, entretanto, como na região eslava, a existência de centros pré-urbanos cujas atividades estavam estreitamente ligadas à economia das zonas rurais próximas. O surto comercial não fez mais do que atribuir nova importância aos centros já antigos e esse comércio não era restrito a produtos raros e distantes. Além disso, Heers considera a importância da cidade antiga romana, que teria tido continuidade na Idade Média. Em síntese, Jacques Heers defende o papel do comércio local na expansão urbana. Na maioria das cidades alemãs, por exemplo, as primeiras fortunas nasceram do tráfico de cereais e essa economia de mercado foi, de início, dominada pelo senhor feudal, frequentemente o bispo, senhor de vastos domínios nas zonas rurais. As mesmas conclusões se aplicariam a numerosos centros da Inglaterra e da França do norte e do leste (Heers, 1977). Para ele, a cidade não parece artificial ou superposta: sua economia insere-se na do distrito rural; constatação que contradiz, portanto, com a ideia de uma hostilidade declarada entre o mundo urbano e o mundo rural ou entre aristocracia mercante das cidades e aristocracia feudal das zonas rurais. Heers entende que a economia do campo é complementar à urbana, isso é: senhores feudais faziam negócios nas cidades. Outra ideia contestada por Heers, é a da liberdade cidadina e da suposta “revolução comunal”. Para ele, a historiografia, baseada em Henri Pirenne, defendeu a ideia de que a Comuna – associação juramentada de burgueses – havida sacudido a dominação do senhor feudal e estabelecido um governo de magistrados livremente designados e, assim, introduzido uma espécie de governo democrático, pressagiador de tempos melhores. Heers aponta, no entanto, que esse movimento foi bastante limitado e raramente coroado com êxito (Heers, 1977). Em Flandres e no norte da França, as Comunas tiveram que ceder diante da intervenção do Príncipe. Além disso, esse movimento não era absolutamente democrático, pois os burgueses formavam uma aristocracia estreita e sua Comuna era um organismo praticamente fechado e exclusivo (Heers, 1977).

No que tange às cidades do sul, Heers argumentou que os autores embasados em Henri Pirenne cometeram erros graves ao exaltarem as *repúblicas* e as *burguesias mercantis*, como centros de liberdade, dentro de um extraordinário florescimento artístico e literário. Para ele, o termo *burguesia* deve se proscrito, pois os mercadores dos grandes centros urbanos não são, nas cidades do sul, burgueses, mas nobres e filhos de nobres autênticos, ricos em propriedades fundiárias e direitos feudais (Heers, 1977). As cidades, cercadas por muralhas, formadas por várias fortalezas

erguidas em volta das catedrais, das abadias ou, mais frequentemente, em volta dos antigos edifícios romanos, tornaram-se poderosos centros militares. Além disso, os poucos castelos na zona rural demonstrariam que os senhores feudais residiam nas cidades. Para Heers, a cidade é exatamente o centro do poder feudal, sua aristocracia guerreira ocupava os cargos políticos (viscondes, oficiais...) e, durante certo tempo, os religiosos. No século XI, a mesma aristocracia voltava-se para os negócios. Esses *cavaleiros* das cidades enriqueceram e procuraram assegurar-se dos lucros e das liberdades por meio de privilégios fiscais e políticos (Heers, 1977).

Por fim, no caso das cidades italianas, Heers entende que elas demonstram, de maneira mais clara, a continuidade com centro romano (Heers, 1977). A Alta Idade Média viu manterem-se, em seus muros, frequentemente ainda prósperos, as antigas *civitates* tornadas quase sempre sede de um bispado que reunia as terras e as aldeias próximas (Heers, 1977). Nenhuma desapareição, portanto, e, praticamente, nenhuma criação nova. De todo modo, mesmo nos simples centros episcopais, a função administrativa era estreitamente ligada à fortuna fundiária e, de maneira geral, a todas as atividades econômicas. O imperador delegava seu poder a marqueses ou, mais frequentemente, a viscondes, e o bispo a oficiais. No norte mesmo, como em Paiva, no século XI, os ofícios se organizavam segundo o modelo bizantino, e alguns regulamentos permitem remeter aos do Prefeito de Constantinopla (Heers, 1977). A emancipação política jamais foi, na Itália, o feito de uma associação profissional, de uma guilda. A força política não repousava nos laços profissionais consolidados por um juramento, mas nos laços de família e de vizinhança, sendo que nem os privilégios e as franquias eram concedidos a uma associação juramentada, mas a uma cidade inteira e a todos que nela residiam (Heers, 1977). Na realidade, essa autonomia administrativa delegava o poder à aristocracia territorial. Foi ela que, em toda parte, se enriqueceu nas primeiras expedições mercantis, quando essas eram empreendimentos guerreiros (Heers, 1977). Exemplar disso, seria o fato de que somente os nobres de Gênova e de Pisa podiam comandar os infantes e os marinheiros, construir e armar navios e reunir alguns capitais para comprarem especiarias. Em caso algum, pode-se falar em burguesia mercantil, mas não era a regra. O capital fundiário, os poderes de comando e os diversos direitos feudais (os pedágios principalmente) estiveram assim na origem das grandes fortunas do negócio (Heers, 1977). Esses homens, senhores e mercadores, no intuito de conduzirem seus negócios longínquos, formaram as associações de comércio, as *campagne*. Nas cidades marítimas e em numerosas cidades do interior, a Comuna é apenas uma *campagna* ou a fusão de várias *campagne* (Heers, 1977). Dirigida e organizada à maneira de um empreendimento mercantil, governava-se através de magistrados – os cônsules –, designados por um colégio bastante restrito, quase

sempre dominado por uma grande família. Essa comuna aristocrática de cônsules constituiu um verdadeiro senhorio e integrava-se perfeitamente na aristocracia feudal (Heers, 1977).

Vale ressaltar, ainda, alguns historiadores que desaprovaram outros aspectos das teses de Henri Pirenne. Guy Fourquin (1991), por exemplo, teceu críticas à desconsideração do peso desenvolvimento da economia rural sobre o desenvolvimento urbano e à generalização de um modelo único de “mercador banqueiro”. Para Fourquin, o comércio desenvolveu-se com a expansão agrícola e populacional, situação que Pirenne desconsiderou. Além disso, Pirenne teria ignorado outros tipos de cidade, igualmente presentes na medievalidade europeia: cidades com dominância do artesanato e cidades semi-rurais com mercadores e artesãos cultivando o campo (Fourquin, 1991, p.250). Já, para Jacques Le Goff (1992), a maioria dos grandes medievalistas do século XX, interessados pelas cidades medievais, insistiu na separação ente a cidade antiga e a cidade medieval. Todavia, esses medievalistas não estavam de acordo acerca da época dessa ruptura, nem, sobretudo, sobre as causas da aparição e desenvolvimento das cidades. Na visão de Le Goff, Henri Pirenne e Maurice Lombard, por exemplo, concordavam quanto à grande importância das conquistas árabes que se seguiram, no século VII, ao nascimento do Islã, mas atribuíram a elas consequências opostas para a cidade cristã ocidental. Para Pirenne, o fechamento do Mediterrâneo, resultado das conquistas árabes dos séculos VII e VIII, estancou o grande comércio, a economia monetária e provocou a morte da antiga rede urbana. Maurice Lombard, por sua parte, atribuiu a retomada do grande comércio e da circulação monetária à demanda econômica do mundo muçulmano, justamente o estímulo comercial que suscitou o nascimento da cidade (Le Goff, 1992).

Se a relação econômica entre campo e cidade é matéria de disputa por diversos historiadores, como visto, pode-se dizer que há, entretanto, certo consenso de que os séculos XI, XII e XIII são marcados pelo florescimento das cidades de forma bastante peculiar e, até certo ponto, autêntica. Diversos autores debruçaram sobre o tema de forma comparativa, isto é, abordando esse período em cotejamento com a Antiguidade ou com os séculos posteriores.

O já citado medievalista francês, Jacques Le Goff, debateu em diversos livros a questão das cidades. Duas obras, nas quais ele sintetizou a problemática das cidades medievais de forma mais focada, foram: *O apogeu das cidades* e *Por amor às cidades*. Em linhas gerais, esse renomado medievalista defendeu que, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, as cidades se transformaram profundamente, sendo que o apogeu das cidades medievais se deu entre o século XII e o XIV, o que

coincidiu com o apogeu do desenvolvimento da cristandade latina. Na visão de Le Goff, na Antiguidade, a cidade desempenhava três papéis principais: primeiro, um papel militar, uma vez que, no Império Romano, o recrutamento dos exércitos se apoiava nas cidades. Segundo, uma função administrativa e política. Por fim, uma função econômica, vinculada ao consumo e sem ligação com a produção, pois essa estava restrita às grandes propriedades rurais, denominadas *villae*. Na primeira metade da Idade Média, com o desenvolvimento do feudalismo, as cidades sofreram mudanças. A antiga vocação militar declinou, suplantada pelo surgimento do castelo fortificado, cercado de muralhas e fossos, que se tornou o centro do poder e foi implantado, principalmente, nos campos do norte da França. A cidade, portanto, não abrigava mais a função de recrutamento nem a de organização militar. Os exércitos medievais, que por muito tempo foram temporários, eram convocados na primavera e, essencialmente, entre os homens do campo. Do mesmo modo, do ponto de vista administrativo e político, as cidades perderam sua importância devido ao fortalecimento dos castelos (Le Goff, 1992 e 1998).

A partir do século XII e, sobretudo no século XIII, esse *status quo* sofreu uma reviravolta: em invés de núcleos essencialmente voltados para o consumo, as cidades se transformaram, também, em centros de produção. Foi, assim, que a Idade Média assistiu ao desenvolvimento do artesanato, que foi uma das características predominantes da cidade medieval. Nesse contexto, o moinho desempenhou um papel fundamental, pois, ainda que ele já existisse nas pequenas aglomerações anteriores, nas cidades medievais, ele foi utilizado tanto para moer os grãos quanto para prensar os fardos de lã. Destarte, além dos moinhos hidráulicos, movimentados por riachos, rios e grandes cursos d'água, a partir do final do século XII, são criados também os moinhos de vento. Ou seja, a vocação do moinho estava longe de ser predominantemente rural, como se pode tender a imaginar hoje. Dessa maneira, foi o moinho que forneceu a certos artesãos – como moleiros e espremedores de uvas para a fabricação de vinho – a energia necessária para incrementar a produção (Le Goff, 1992 e 1998).

Do ponto de vista social, a cidade medieval, segundo Le Goff, desempenhou dois papéis muito importantes. Primeiramente, engendrou o surgimento de uma nova categoria social – a burguesia –, beneficiária das franquias e liberdades urbanas, mesmo que existissem hierarquias. Tal categoria social e modo de viver na cidade demandou, igualmente, novas instituições (Le Goff, 1992). Essas instituições, frequentemente, tiveram como finalidade permitir ou proteger a atividade econômica urbana e tinham como seus principais atores: artesãos e, sobretudo, mercadores. Esses atores assumiam a forma de outorga, pelo poder senhorial ou público (conde, rei, bispo), do direito de mercado, de feiras, de supressão de taxas

sobre as mercadorias e trocas. Esse fenômeno foi chamado de obtenção de franquias ou de liberdades urbanas. Seu ponto culminante foi a conquista, pelos cidadãos, de uma autonomia institucional e política denominada comuna. Para Le Goff, todavia, o movimento comunal esteve longe de ter sido geral e só pode ser entendido como democrático em uma visão anacrônica (Le Goff, 1992). O direito da burguesia foi conquistado apenas por uma minoria. A autonomia urbana, muitas vezes, só foi conseguida pelo conjunto dos cidadãos ou por uma parte deles, graças a pressões que podiam ir até a revolta e o emprego da força. Nas cidades mais ou menos autônomas, ao lado dos mercadores e dos artesãos, firmam-se pessoas dedicadas às leis de todo tipo, os especialistas do direito (Le Goff, 1992). Em segundo lugar, foi nas cidades que se desenvolveu uma instituição fundamental, muito diferente da que existia na Antiguidade: a escola. Isso porque, a escrita triunfou cedo nas cidades. Para Le Goff, o mercador medieval era um homem que lia, escrevia, calculava, mas também um homem que viajava e se informava. Foi, por conta disso, que as cidades se tornaram o berço da alfabetização e da instrução (Le Goff, 1992). O cristianismo havia criado escolas em seus centros de poder na alta Idade Média, os mosteiros e as dioceses com escolas monásticas e escolas episcopais, mas, o que aparece no século XII é a construção de escolas urbanas, que seriam chamadas hoje de escolas primárias e secundárias (Le Goff, 2004). Há estudos que demonstram, por exemplo, como se desenvolveu no século XII, em Reims, uma importante escolarização das crianças, inclusive das meninas (Le Goff, 2004). Ou seja, face às igrejas monásticas isoladas nos seus rincões rurais ou florestais e de recrutamento nobiliário, as velhas escolas dos capítulos catedráticos e dos mosteiros urbanos tentaram, inicialmente, satisfazer as necessidades que deram origem ao crescimento urbano (Le Goff, 1992). Esse movimento levou para as novas escolas urbanas mestres, que com frequência recebiam apenas as ordens menores para poder desfrutar dos privilégios de clérigos sem estar sujeitos à disciplina dos padres e dos monges. Eles ensinam para estudantes que lhes pagam pelas técnicas intelectuais baseadas na dialética, razão e discussão, o que era o fundamento de um novo método científico: a escolástica (Le Goff, 1998). Assim, no canteiro urbano, apareceu um novo trabalhador: o “mercador das palavras”, que, na virada dos séculos XII ao XIII, agrupou-se nas novas corporações ou universidades, sendo em Bolonha a mais antiga universidade fundada, na metade do século XII (Le Goff, 1992). Embora pouco numerosas até o século XV, quando se multiplicam por todo o Ocidente, de Roskilde (Dinamarca) a Coimbra (Portugal), da Cracóvia (Polônia) ou de Praga (República Tcheca) a Saint Andrew (Escócia), passando por Oxford, Paris e Bolonha, Le Goff (1992) defende que uma universidade era um grande polo de atração de trabalho e serviços dentro da cidade, movimentadora de negócios e, portanto, considerada um bom investimento.

Geralmente quem estudava nesses locais adivinha da pequena nobreza, raramente era de origem camponesa (Le Goff, 1992). Existiam, basicamente, quatro tipos de formação nas universidades: artes, medicina, direito (civil e o canônico) e teologia. Pensando na nova categoria social formada nas cidades, Le Goff argumenta que as universidades e as organizações corporativas contribuíram para o desenvolvimento das ideias e para a disseminação do conhecimento. Assim, a concepção de aprender e ensinar fazia parte do cotidiano das cidades, constituídas por diversos tipos de mestres e aprendizes (Le Goff, 1998).

Essas cidades, ao contrário daquelas da Antiguidade romana, não tinham um papel agressivo. Era necessário, porém, proteger seus habitantes, igrejas, casas e os instrumentos de trabalho. A gente da cidade medieval não era composta basicamente por guerreiros, mas por clérigos – padres, monges, religiosos em grande número –, burgueses – comerciantes ricos, proprietários de belas casas e opulentos celeiros –, artesãos – com seus preciosos instrumentos de trabalho –, e, ainda, por uma boa quantidade de gente comum (Le Goff, 1992). A muralha, então, assegurava a proteção. Como toda construção monumental, a muralha tinha também uma função simbólica. Através de seus muros e torres, pelos campanários das igrejas, observatórios móveis de vigília e torrinas privadas dos burgueses ricos, a cidade medieval impunha uma imagem de poder e de riqueza. Nesse sentido, além do papel fundamental na proteção das cidades, a muralha e as torres da igreja e das casas dos ricos eram signos de poder, que possibilitavam a visão privilegiada da cidade e seus arredores (Le Goff, 1992). Já as casas eram feitas, em sua maioria, de madeira com pedra e, nas cidades, passou-se a criar o hábito de se trancar a chave, em decorrência também da criminalidade que ocorria nesses locais (Le Goff, 1992). Além das estruturas construtivas voltadas para a segurança e para a vigilância, outro ponto que Le Goff aponta, para distinguir a cidade medieval das cidades antigas, é o de que a cidade antiga organizava-se em torno de um conjunto de edifícios e monumentos que desapareceram entre os séculos IV e VII: fórum, templos, pórticos, circo, teatro, estádio e termas (Le Goff, 1998). Por outro lado, durante muito tempo, as igrejas eram os únicos monumentos nas cidades da Alta Idade Média e nas cidades episcopais, nas quais o bispo e o clero cristão mantinham uma certa vida urbana. Ademais, o Cristianismo trouxe uma extraordinária novidade ao espaço urbano: o cemitério. Na Antiguidade, os mortos ficavam afastados das cidades, eram depositados ao longo das estradas que delas partiam. Essa urbanização dos mortos foi acompanhada por uma ampliação das funções do cemitério como lugar de feiras, de festas e de sociabilidade para os vivos (Le Goff, 1998).

Se Jacques Le Goff considera o mercado uma característica fundamental da cidade medieval, Georges Duby (1993) pensa na catedral como marco urbano. Destarte,

Georges Duby, no livro *O tempo das Catedrais*, enfatiza a articulação entre o sistema estético e o sistema religioso na arte e na sociedade de 980 a 1420. Sendo a catedral o lugar de descoberta de uma concepção espiritualista de imagem que pensava a matéria como sinal do espiritual. Para Duby (1993), quando o Império Romano decaiu, as estruturas da Igreja persistiram, ganharam autoridade e dominaram a Idade Média. É esse domínio que Duby chama “o tempo das catedrais”. Durante centenas de anos, a Igreja ensinou em toda a Europa que Deus, mais que qualquer outro poder, tinha o destino de cada homem entre suas mãos. Se a prosperidade reinava, agradecia-se a Deus por sua benevolência; quando a miséria vinha, implorava-se a ele misericórdia, pois não podia tratar-se senão de uma punição divina (Duby, 1992). A catedral era a igreja da cidade, ela era o signo do renascimento das cidades (Duby, 1992, p. 99). A catedral era aberta à rua, enquanto o monastério estava centrado sobre o claustro, sobre a vida fora do mundo. As catedrais exprimiram os passos pastorais da Igreja: não se tratava mais de fugir do mundo para entrar no Reino de Deus, mas de viver e amar a vida (Duby, 1992).

Quanto à cronologia da produção artística, Duby a divide em três períodos: o tempo dos mosteiros (980-1130), o das catedrais (1130-1280) e o dos palácios (1280-1420). Com esse percurso, ele demonstra como a feudalidade transferiu das mãos dos reis à dos monges o governo da produção artística, antes que essa se desenvolvesse no coração das cidades, nas catedrais, que se tornariam os centros das maiores inovações no tempo da renascença urbana. Nesse tempo, empreendimentos artísticos já, claramente, não eram mais conduzidos em nome do soberano, mas da Igreja. Por último demonstra como, no século XIV, a iniciativa da arte retornou aos grandes príncipes e se abriu aos valores profanos. Nesse momento, foi possível a expansão da pintura, que se tornou por séculos a arte maior da Europa (Duby, 1992).

No que compete às catedrais, ponto que mais interessa, aqui, Duby ressalta, primeiramente, o caráter urbano dessas igrejas, diferentemente dos mosteiros. Todavia, o poder dos reis foi justamente afirmado através das catedrais. Duby entendeu que as catedrais simbolizavam de alguma forma o enfraquecimento dos senhores feudais e o fortalecimento dos reis. Esses, por sua vez, investiram na arte litúrgica, que foi a expressão máxima da arte na França (Duby, 1992). A arte na França do século XIII é marcada pela associação entre o poder monárquico e clerical, uma tentativa de articular o espiritual e o temporal. Contudo, no momento em que essa arte se configurou, havia, no entendimento de Duby, um impasse: entre o apego às coisas terrenas, às riquezas, e um ideal de pobreza como caminho para a salvação (Duby, 1992, p.102). O ponto de partida de Duby, em 1130, para pensar as catedrais, se justifica porque a civilização europeia se modificava significativamente nessa

época, o que possibilitou a criação do gótico, em 1137 (Duby, 1992). À reforma da abadia de *Saint-Denis*, marco inicial do gótico, seguiu-se uma competição entre cada cidade da Europa Ocidental para ver em qual delas estaria o monumento mais esplendoroso. Essa aflição refletia outra preocupação presente no período: a catedral também representava o orgulho burguês, pois ela simbolizava a riqueza de toda a aglomeração urbana (Duby, 1992). Por isso, os burgueses foram os principais colaboradores da construção de catedrais em várias cidades francesas, investindo capitais para sua construção. O interesse burguês era devido ao fato de que esse símbolo urbano não era usado apenas para oração, mas era também como um local de reunião das associações de ofícios. Além disso, esse monumento era importante para atrair o comércio a uma região, pois facilitava a identificação do núcleo de poder de uma cidade (Duby, 1992, p. 116).

No século XII, as catedrais começaram a cumprir outras funções básicas, por exemplo, há um enfraquecimento das escolas monásticas, que deixaram espaço para as catedrais, e essa transferência significava uma profunda alteração, pois a produção artística e intelectual foi trasladada para o centro das cidades. Por isso, se pode dizer que a catedral era um símbolo urbano (Duby, 1992, p. 116-117). Da mesma forma que houve esse deslocamento, ocorreu uma mudança do próprio ensino, que se abriu para o secular, ou seja, se abriu para o universo presente, da mesma forma que os estudantes passaram a ser frequentadores das ruas, mesmo que continuassem a ser, sobretudo, religiosos, e aprender permanecesse sendo um ato religioso, a missão “era secular” (Duby, 1992, p. 117).

Phillippe Wolff (1988), pensando no período de contrações do século XIV, no livro *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?*, usa as cidades como exemplo desse declínio. Para ele, o período anterior, isso é: os séculos XI, XII e XIII, conheceu o florescimento das cidades. Para exemplificar isso, Wolff (1988, p. 82) aborda a questão da economia alimentar e traça relações entre o campo e a cidade na problemática do fornecimento de suprimentos. Para ele, com o crescimento citadino, a população urbana passou a solicitar uma demanda mais variada de alimentos e a gama de necessidades se enriqueceu muito. Nada é mais surpreendente, para o autor, do que a procura crescente de carne (Wolff, 1988, p. 82). Na Alemanha, por exemplo, mesmo os simples assalariados comiam carne duas vezes por dia. Na região de Moselle, importavam-se carneiros garanhões de Gotland e da Inglaterra para melhorar as raças, bem como houve em toda a Europa um aumento considerável de açougueiros, que tinham, muitas vezes, também funções de criadores (Wolff, 1988, p. 82). Os cereais continuavam, mesmo assim, constituindo a base da alimentação. Sua disponibilização tornava-se, no entanto, mais variada. Introduzido na Europa oriental, a partir do Império Mongol, o trigo-

sarraceno ou trigo negro chegou à Normandia e em outras regiões. Aos cereais, podem ser acrescentados o arroz, cuja cultura era praticada em várias regiões da Espanha e passou também a ser cultivado na Itália setentrional, na baixa planície do Pó (Wolff, 1988, p. 83). Desenvolveu-se, do mesmo modo, o comércio de peixes, muito procurados nas quaresmas. Logo depois de pescados, os peixes eram salgados e postos em barris (Wolff, 1988, p. 84). Michel Mollat (1990), acerca desse ponto, demonstrou o papel que a pesca do bacalhau representou no movimento das grandes descobertas em direção ao que é hoje a América do norte. Acerca da pesca mediterrânea, vale lembra que, em Marselha, existia uma importante corporação de pescadores, por exemplo. Cada vez mais difundia-se o consumo de legumes e frutas. A produção de legumes aumentava e diversificava-se: à trindade das ervilhas, dos feijões e das favas, à cebola e ao alho, juntavam-se agora os espinafres, os aipos, os melões, os aspargos e as alcachofras, que foram, de início, cultivados na Itália e depois disseminados pelo restante da Europa. Os frutos mediterrâneos – laranja e limão, romã, figo e tâmara – faziam sucesso crescente nos países do norte, onde chegavam da Espanha e de Portugal, ou mesmo diretamente da África. Ovos e frangos completavam essa alimentação (Wolff, 1988, p. 84).

Tais alimentos precisavam ser temperados e conservados, daí a importância crescente do óleo e do sal. O óleo de oliva era em Florença uma das bases da alimentação e da indústria têxtil, e a oliveira era bastante cultivada nas proximidades do Mediterrâneo. Já o sal não servia apenas para salgar a comida, tinha, também, usos industriais – preparação do couro, limpeza das chaminés, soldas de canos e goteira –, e usos farmacêuticos – era utilizado como auxiliar na destilação do álcool a partir do vinho e também em remédios contra a dor de dentes e acidez estomacal. Mas, sobretudo, o sal conservava os alimentos: carnes, manteiga e queijo (Wolff, 1988, p. 84). O sal era produzido nas salinas costeiras: conjuntos de pequenas represas cada vez menos profundas, pelas quais passava-se a água para evaporar, até que o sal se cristalizasse. Tais salinas eram encontradas em todas as costas baixas de clima suficientemente quente: nas costas mediterrâneas e atlânticas. Havia também o sal-gema, terrestre, como na montanha de sal de Cardona, na Catalunha, que era obtido pela fervura da salmora e que vez enriquecer diversos burgueses (Wolff, 1988, p. 84). Tinham, igualmente, as especiarias provenientes da China e da Índia, que eram utilizadas na alimentação e na farmacopeia. Encaminhadas para os grandes mercados do Levante, sobretudo, Cairo e Alexandria, as especiarias eram compradas ali pelos comerciantes italianos, que vendiam em seguida nas grandes feiras urbanas. Entretanto, apesar do grande interesse pelas especiarias, que compensavam a falta de gosto de certos alimentos (carne dura ou vinho muito novo), não foram as especiarias que deram impulso decisivo às feiras. Esse papel foi

representado pelos tecidos de luxo das cidades manufatureiras italianas (Wolff, 1988, p. 84). Já, como bebida, destacava-se o consumo de vinho: o clero deplorava a bebedeira, mas admitia as virtudes do vinho. O vinhedo constituía, na época, o cinturão das cidades. A partir desses dados, Wolff considera que, certas regiões tinham começado a passar de uma simples agricultura de subsistência a uma exploração de mercado, e a cidade passava a acumular funções de produção, comércio e consumo (Wolff, 1988, p. 84).

Pensando também o florescimento das cidades comparativamente com o período posterior de contração ou depressão, Guy Bois (2009) aborda a expansão dos burgos. Lugares de alta densidade urbana e populacional (norte da Itália, Paris e sul da Inglaterra) eram, igualmente, os lugares de maior crescimento econômico. Contesta, no entanto, que o crescimento urbano foi impiedoso com o rural (BOIS, 2009, p. 27). Isso porque, a colonização agrária incluiu novos espaços (os bosques e os pântanos) e as iniciativas de rotação (campesinas e senhoriais, individuais e coletivas), bem como o papel das ordens religiosas foi fundamental na exploração das terras. Para ele, a Europa se converteu cada vez mais em um mundo de pequenos produtores, cuja unidade fundamental era a célula familiar e a afirmação do senhorio rural no século XI. A expansão demográfica foi acompanhada de um movimento de colonização agrária e do surgimento das atividades comerciais (burgos). Principalmente, em Flandes e na Itália, mercados e feiras se multiplicaram, primeiramente, com a indústria de tecidos. Houve um notório movimento de crescimento das cidades, por exemplo, em Paris, Londres, Veneza e Florença. Para ele, os historiadores negligenciaram o aparecimento dos burgos, destacando, por vezes, somente o aspecto jurídico desses locais, caracterizados por burgos rurais (simples povoados), burgos eclesiásticos suburbanos (formados ao redor das catedrais), burgos monásticos e burgos castelares (ao pé dos castelos) (BOIS, 2009, p. 28). Todavia, apesar da diversidade de tipos, os burgos, enquanto célula de povoamento com grupos ao redor, é uma característica que permanecerá na época moderna. Além disso, o burgo concentrava funções mercantis (feiras) e artesanais. Alguns tinham especialidades demarcadas: burgos metalúrgicos, mineiros, pesqueiros ou salineiros (BOIS, 2009).

Por fim, cabe abordar, aqui, as contribuições sobre o tema das cidades trazidas mais recentemente pelos estudos de Patrick Gilli (2011). No livro *Cidades e sociedade urbanas na Itália Medieval*, Gilli desconstrói alguns pressupostos que sustentaram a autenticidade da composição política e social das cidades como uma originalidade radical em relação às estruturas rurais. Nesse sentido, Patrick Gilli (2011, p. 9) examina as cidades italianas durante o período comunal, aquele em que elas adquiriram autonomia jurídica em relação ao senhorio, seja o do alto clero, seja o

dos grandes senhores laicos. Essa autonomia, no entanto, não aparece, na visão do autor, como o desenvolvimento paralelo de uma nova sociedade (Almeida, 2011). Deixando de lado as ideias de rupturas e pensando o caso mais específico das cidades italianas, Gilli aponta que as novidades surgiram de estruturas políticas, sociais e jurídicas herdadas. Nessa visão, no século XII, são os *milites* que – à exceção de Florença – ocupavam posição de destaque, junto ao grande comércio e aos bancos. Sua importância se fez notar no controle das principais expressões governamentais da cidade como a justiça. Nas cidades, o direito se enriqueceu de dimensões comuns, se amplificou dando origem a uma tradição mais extensa, bem como a uma elite funcional nova (Almeida, 2011). Com o tempo, o desenvolvimento do direito produziu o fim da sujeição da comuna às forças militares, tidas até então como base da resolução de conflitos. Mas, se os *milites* perderam progressivamente espaço em sua função militar, isso não tornou as cidades menos aristocráticas. Apenas a partir de meados do século XIII, o papel central da *militia* foi colocado em causa (Almeida, 2011). Desde então, nota-se a neutralização da elite por meio da utilização do aparato institucional desenvolvido desde o século anterior. Instituições sobrepostas aos interesses particulares permitiram uma prática política que não era “expressão direta ou imediata da dominação social”, mas de formas societárias variáveis relacionadas à vizinhança, ao bairro, às armas ou ao ofício (GILLI, 2011, p. 98). Percebe-se, segundo Gilli, que a ligação da cidade com o entorno rural não resultou apenas do fluxo migratório, mas de políticas fiscais, nas quais, mais do que resultados materiais, a historiografia encontra indícios de mecanismos deliberados de articulação entre as cidades e os seus extramuros (GILLI, 2011).

3. CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto até aqui, é possível afirmar que o estudo das cidades medievais se deu em comparação com Antiguidade ou com a Modernidade, ou, ainda, estabelecendo aproximações e distanciamentos em relação ao mundo rural. No que diz respeito à cidade Antiga, a cidade medieval aparece com outras características e instituições: como a emergência do comércio, da burguesia e da escolarização laica, mas, principalmente, a cidade medieval se diferencia por acumular funções de produção e mercantilização de produtos com as feiras, portos e mercados. Já em relação ao mundo rural, a cidade medieval é tida como mais igualitária, menos estratificada e mais libertária. Por fim, em comparação com o século XIV, a cidade da Idade Média Central é apontada como apogeu econômico e populacional, seguida por um declínio. Embora os autores analisados, no breve espaço deste artigo, possam ter divergências quanto às causas do florescimento das cidades (ocupação

germana ou muçulmana, desenvolvimento do mercado ou crescimento econômico) e às heranças dessas cidades (romanas, germânicas ou mesmo árabes e bizantinas), o fato é que há um certo consenso de que, entre os séculos XI e XIV, a cidade medieval, modelada pelas novas atividades, pelos novos grupos dominantes e pelos novos poderes; ofereceu pouco a pouco uma nova imagem, material e simbólica, que desempenhou um grande papel na formação do imaginário urbano. É a cidade vertical, dentro de seus muros, erçada de campanários de igrejas e de torres de casas ricas e poderosas, uma imponência que afirma seu poder e se eleva em direção a Deus. O bairro e, mais ainda, a rua passaram a ser elementos essenciais da paisagem urbana, que era um permanente canteiro de obras, no qual se individualizavam jardins, cemitérios e pontes. Além disso, as cidades da Idade Média Central diversificaram as possibilidades de vivência, tanto cultural e intelectual, como também alimentar, por meio das feiras e da circulação de novos produtos. Do mesmo modo, nas cidades medievais, com a integração do lugar da produção e do comércio, possibilitou-se o desenvolvimento dos artesãos e também das relações entre mestres e aprendizes.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Neri de Barros. Introdução. In: GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval. Séculos XII-XIV*. Campinas: Unicamp/Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Unesp, 2016.
- ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (org.). *Relações de Poder, educação e cultura na Antiguidade e na Idade Média*. Santana do Parnaíba: Sólis, 2005.
- BARTHÉLEMY, Dominique. *L'ordre seigneurial: XIe-XIIe siècles*. Paris: Seuil, 1990.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal. Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.
- BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BONASSIE, P. *Dicionário de história medieval*. Lisboa: D. Quixote, 1985.
- BOIS, Guy. *La gran depresión medieval: siglos XIV-XV. El precedente de una crisis sistémica*. Madrid: Biblioteca Nueva/Universitat de València, 2009.
- BOUTRUCHE, R. *Señorio y Feudalismo. Los Vínculos de Dependencia: Primera Época*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S. A., 1973.
- BROWN, Peter. *O fim do mundo clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.
- BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CONTE, Giuliano. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- DOBB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.
- _____. *Economia Rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987/1988, 2vols.
- _____. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa: Estampa, 1980.
- _____. *O tempo das catedrais*. Lisboa: Estampa, 1993.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. Antiguidade Tardia ou Primeira Idade Média. In: ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (org.), *Relações de Poder, educação e cultura na Antiguidade e na Idade Média*. Santana do Parnaíba: Sólis, FOURQUIN, Guy. *História Econômica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1991. 2005, pp. 233-242.
- _____. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GANSHOF, F. L. *Que é o Feudalismo?* Lisboa: Publicações Europa-América.
- GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval. Séculos XII-XIV*. Campinas: Unicamp/Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- GIRON, François. Entrevista com Jacques Le Goff, historiador francês especializado em Idade Média. *Revista Le Point*, nº duplo 1684/1685, de 23 a 30 de dezembro de 2004. Disponível em: https://jamesophia.blogspot.com/2010/09/entrevista-com-jacques-le-goff_06.html. Acesso em 20 set. 2023.
- GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* São Paulo: Unesp, 2011.
- GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- HEERS, Jacques. *A Idade Média, uma impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994.
- _____. *História Medieval*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- _____. *O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HOGENT, G. A. J. *Historia social y económica de la Europa medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s/d.
- _____. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- _____. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- _____. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

- _____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1979.
- _____. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LIMA, D. M. X. "O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados": o tema do Estado na historiografia medieval. *Revista Anima*, Ano 4, nº 5, 2014, p. 05-19. Disponível em: <http://anima.his.puc-rio.br/media/Artigo%201_Douglas%20Lima.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- MOLLAT, Michel. *Los exploradores del siglo XIII al XVI*. Primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PIRENNE, Henri. *As cidades na Idade Média*. Lisboa: Europa, 1962.
- _____. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- _____. Maomé e Carlos Magno. O impacto do Islã sobre a civilização europeia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- PERROY, E. *As crises do século XIV*. As origens duma economia contraída. *Revista de História*, [S. l.], v. 7, n. 16, p. 255-272, 1953. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35777>>. Acesso em: 23 set. 2023.
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.